



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RODOLFO BORGES MOTA

**UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR:
ANALISANDO OS CAMINHOS PARA O SEU ENFRENTAMENTO**

Campina Grande

2016

RODOLFO BORGES MOTA

**Um estudo bibliográfico sobre a evasão no ensino superior: analisando
os caminhos para o seu enfrentamento**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento
de Serviço Social da
Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB como requisito
para obtenção do título de
Bacharel em serviço social.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria
Noalda Ramalho

Campina Grande

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M917e Mota, Rodolfo Borges

Um estudo bibliográfico sobre a evasão no ensino superior:
[manuscrito] : analisando os caminhos para o seu enfrentamento /
Rodolfo Borges Mota. - 2016.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho,
Departamento de Serviço Social".

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Evasão no ensino.. I.
Título.

21. ed. CDD 361

RODOLFO BORGES MOTA

**Um estudo bibliográfico sobre a evasão no ensino superior: analisando
os caminhos para o seu enfrentamento**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em serviço social da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB – Campus I- Campina Grande – PB.

Aprovado em: 09 / 11 / 2016

Nota: 9,0 (note)

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Profª Drª Maria Noalda Ramalho - DSS/CCSA.UEPB
Orientadora

Thereza Karla de Souza Melo

Profª Ma. Thereza Karla de Souza Melo - DSS/CCSA.UEPB
Membro da Banca Examinadora

Célia de Castro

Profª Ma. Célia de Castro - DSS/CCSA.UEPB
Membro da Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE

2016

Dedico este trabalho à minha família e, em especial, ao meu pai Milton Mota (em Memória) exemplo de integridade e respeito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado em minha vida todas as pessoas que passaram por ela, e por tantas outras que estão comigo até hoje.

Aos meus pais, Maria Ladjane e Milton Mota (em memória), que, com seu amor e dedicação, me proporcionaram tudo que um filho pode ter para se tornar um homem de caráter e princípios.

Às irmãs, sobrinhos, cunhados, cunhada, sogro e sogra, que se fazem presentes até hoje em minha vida.

À minha amada esposa, Maria Aparecida, que, com seu amor e dedicação, sempre esteve ao meu lado em minha caminhada.

A todo o Departamento de Serviço Social, que sempre esteve disposto a me auxiliar e estimular o crescimento do meu conhecimento enquanto aluno e agora como profissional. Em especial à professora Patrícia que, com sua amizade e profissionalismo, sempre esteve à disposição para me apoiar e, claro, a todos os demais professores e alunos que se fizeram presentes em minha jornada.

À minha orientadora, Maria Noalda Ramalho, que soube despertar em mim uma visão crítica e profissional de todas as problemáticas enfrentadas neste trabalho.

Aos professores que se dispuseram, mesmo em meio aos seus demais compromissos, a compor a banca examinadora.

Grato a todos!

Sem a curiosidade que me move,
que me inquieta, que me insere na
busca, não aprendo nem ensino.

(Paulo Freire)

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	08
2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	10
3. A EVASÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....	16
4. CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NAS ACADEMIAS.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6. REFERÊNCIAS.....	26

UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: ANALISANDO OS CAMINHOS PARA O SEU ENFRENTAMENTO

Rodolfo Borges Mota¹

RESUMO

A evasão nas academias ocorre em nível global, devido a fatores multicausais e com reflexos negativos em toda sociedade. Problema esse, que exige atenção e posicionamento dos governantes há décadas. O tema trás um debate estimulante que busca alternativas para resolução da problemática. Diante dessa realidade o presente artigo se propõe a adentrar na discursão e somar-se a escassa literatura a partir da contextualização histórica destacando a evasão estudantil no ensino superior e os caminhos para o seu enfrentamento. Para a produção do trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica com a sistematização de algumas bibliografias produzidas acerca do tema, destacando-se autores que apontam experiências exitosas, dentre eles: Daros (2015), Lobos (2012) e Gaioso (2005). Observando-se a existência de experiências focalizadas e restritas, havendo uma lacuna a nível nacional e mesmo com a reduzida bibliografia da temática, existe um aparato legal que possibilita e direciona tais ações.

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Evasão.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil por ser um país de terceiro mundo enfrenta, em relação países desenvolvidos, maiores dificuldades no avanço das políticas públicas assim a política de Educação não se diferencia dessa realidade.

Na década de 1930 houve o início, por parte do poder público, de um olhar para a educação no intuito de expandir o acesso, mesmo que diante de uma realidade de descontinuidade e fragmentação educacional. Nesse momento, foi instituído o Conselho Nacional da Educação e a articulação para

¹ Aluno de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: rodolfo600f@gmail.com

melhorias do setor (BRASIL, 2014). Também destacamos que em 1962 surgiu o primeiro Plano Nacional da Educação (PNE), elaborado pelo Conselho Federal de Educação, em conformidade com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 4.024, de 1961). Depois, o segundo PNE (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), construído à luz da Constituição Federal de 1988 e a LDB em vigor (LDB – Lei nº 9.394/1996), previu a duração de metas para a década 2001/2010.

Depois dele, um largo arsenal de legislações, precárias ou não, foram surgindo, as quais não iremos adentrar agora, mas que compõem o histórico da política educacional brasileira.

Mesmo em meio às dificuldades, estudos demonstram que nos últimos anos da década de 1990 houve um aumento no acesso da população ao nível superior. Crescimento ocorrido a partir da contra reforma neoliberal iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Período marcado pela redução de direitos conquistados na década anterior, privatizações e redirecionamento dos deveres do Estado, para o terceiro setor, em um contexto em que as forças de resistências (trabalhadores/ sindicatos/ etc.) se encontravam fragilizada por toda situação em que o país se encontrava.

Em contrapartida à realidade de crescimento dos índices de inserção no ensino superior, se destaca a problemática da evasão, que é um dos maiores entraves em qualquer nível de ensino, por ser um fenômeno social complexo, que interrompe estudos, prejudica a evolução pessoal e profissional de indivíduos.

O fenômeno da evasão não tem um único determinante, sendo impulsionado por fatores diversos, como afirmam autores da área (FILHO et al., 2007). Dentre eles, podemos destacar a falta de identificação com o curso, necessidade de aceitação social e a necessidade de contribuição financeira no cotidiano familiar. A evasão é um fenômeno com consequências socioculturais e ônus financeiros à sociedade, que tem seus impostos direcionados através do poder público para a capacitação profissional e pessoal dos cidadãos, que por sua vez, não retribuem tal investimento.

No entanto, essa problemática deve ser analisada com cautela, através de estudos sistemáticos, objetivando reduzir seus índices e evitar os desperdícios de recursos sociais e/ou financeiros.

Diante do exposto é válido ressaltar que cada instituição, e sujeito, têm suas peculiaridades, quer seja pela localização geográfica institucional, quer seja pela postura política administrativa dos envolvidos no processo.

Com isso, observa-se a educação como um processo social intrincado, composto por sujeitos de culturas diferenciadas que devem ser entendidos e respeitados. Sendo uma área de atuação dos governantes e um direito social reconhecido, necessita de estratégias diferenciadas para ser efetivada, não apenas no seu acesso, mas na permanência dos sujeitos em seus serviços. Como a educação é um meio para o aprimoramento intelectual dos cidadãos, envolvendo o seu desenvolvimento pessoal e econômico, devem ser cumpridos seus objetivos elencados e expostos no artigo 205, da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, posto que a formação e as transformações dos indivíduos, e da sociedade são constantes e inacabáveis, o aperfeiçoamento da política de educação também necessita ser constante. Para tal, o poder público em 2014 aprovou o novo PNE para vigorar no decênio 2014-2024, lançando metas para a expansão do ensino com estratégias para ampliar as taxas de acesso e permanência dos alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Enfim, analisando a problemática aqui exposta, e através da experiência de evasão estudantil que vivenciamos na fase final do curso de serviço social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em Campina Grande-PB, o que nos impossibilitou a finalização em tempo hábil da nossa graduação, além da experiência de estágio na educação no Colégio Estadual Raul Córdula, no mesmo município, onde houve a aproximação com profissionais que lidam com o problema diariamente, foi que surgiu o interesse de realizar este estudo bibliográfico sobre a temática.

Por isso, buscamos a construção de um referencial teórico que possa se somar aos poucos já existentes, porém com um direcionamento que assinale caminhos e reflexões para o enfrentamento da problemática.

Para a construção do nosso artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica que é, segundo Moresi (2003), um estudo sistematizado com base em material que tem capacidade de fornecer subsídios analíticos, acerca da temática pesquisada, material esse acessível a todos, em diversos formatos (livros, revistas, jornais, internet). Nessa construção, por buscarmos os caminhos para

o enfrentamento da problemática da evasão estudantil no ensino superior, destacamos experiências exitosas relatadas nas obras de Daros (2015), Lobos (2012) e Gaioso (2005).

Nessa direção, o presente trabalho, além desta introdução está organizado em três itens: no primeiro item, “O Ensino Superior no Brasil”, enfocaremos através de um breve bosquejo os avanços e conquistas no ensino superior. No segundo, “A Evasão Estudantil no Ensino Superior”, explanaremos o referido fenômeno, com dados estatísticos da problemática e uma sinopse histórica da evasão. Por fim, no terceiro item, “Caminhos para o Enfrentamento da Evasão nas Academias”, serão enfocadas estratégias para o enfrentamento da problemática que possibilite um repensar dos sujeitos envolvidos no processo e caminhos para a superação da evasão estudantil nas academias.

2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil surge de maneira fragmentada e frágil. As primeiras instituições de ensino superior são criadas segundo, Durham (2003), apenas em 1808, com o intuito de dar resposta às demandas da elite brasileira, que buscava nas instituições europeias, formação.

No período anterior aos anos de 1930, a Igreja Católica tinha um papel ativo na educação e conciliava evangelização e cultura. Assim, educação e capacitação não tinham direcionamento material, apenas espiritual. Com isso, a sistematização e organização das instituições de ensino superior dar-se a partir da década de 1930, com a fundação da Universidade de São Paulo, momento em que ocorre a contratação de um grande número de profissionais da Europa e o surgimento de algumas universidades religiosas, católicas e presbiterianas (GAIOSO, 2005).

Entre os anos de 1931 a 1945, estabeleceu-se a luta entre as elites católica e laica, com pensamentos que direcionavam a educação para a autonomia dos indivíduos e a produtividade material. Foi nessa década que surgiu o interesse pela implementação do primeiro PNE, com intuito de expandir o acesso à educação, através da Constituição de 1934, que atribuía competência para a união fixar um plano em nível nacional, tal proposta foi

convertida em projeto de lei, com algumas ressalvas, porém não passou da análise, pois o país sofreu modificações políticas e administrativas com o Estado Novo (BRASIL, 2014).

Na década de 1950, houve uma ampliação no setor da educação, porém mesmo com o alargamento do setor, o período foi marcado pela expansão capitalista que impulsionava à demanda e ocasionava o déficit na oferta, emergindo uma agitação social generalizada por melhorias social e econômica.

Não se trata de movimentações em torno de questões universitárias. Todo este período, especialmente a partir da década de 50, é marcado por intensos conflitos sociais e um crescente envolvimento dos estudantes universitários nas diferentes lutas políticas do período, nas quais é forte a presença de diferentes partidos e militâncias de orientação marxista (DURHAM, 2003, p.14).

A década de 1960 tem destaque pelo movimento de reforma no ensino superior com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, dentre outros ajustes na área, e pela luta por acesso e gestão democrática nas universidades, iniciativa desencadeada pelo movimento estudantil. Esse foi um momento em que houve uma maior mobilização e organização dos movimentos sociais, com conquistas e reconhecimentos, como relatam autores da área:

No Governo de Goulart (1961-1964), as intensas lutas e mobilizações sociais deram curso a uma intensa mobilização da classe trabalhadora no meio urbano e rural. Nesse período, no campo da organização sindical, temos a criação do Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), que avançava na constituição de uma central dos trabalhadores e no campo; além da organização das ligas camponesas em vários estados, temos, em 1962, a legalização dos sindicatos rurais (criados desde 1954), originando a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), que passou a integrar o CGT. Em 1962 ocorre a célebre greve dos 700 mil operários em São Paulo, uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário brasileiro (ANTUNES, 1985 apud MONTAÑO; DURQUETTO, 2011, p. 239).

É válido ressaltar que surgiram muitos outros movimentos em busca do reconhecimento de identidades na sociedade, anteriormente neutralizados por forças políticas e econômicas que impediam esse reconhecimento. Contestação da ordem, com reivindicações de mudanças radicais culturais e de qualidade de vida, muitas eram as reivindicações, porém:

O que moviam suas ações seriam as lutas no cotidiano contra as opressões diversas que suas identidades são alvo, e até o enfrentamento conjunto (Parceria entre classes) a certos fenômenos (ex: fome, o aquecimento global etc.) (IBIDEM, p. 323).

As ações desses movimentos suscitaram debates teóricos sobre os mesmos, fazendo-se necessária essa breve contextualização para um entendimento acerca do nosso objeto de estudo, o Ensino superior.

É válido ressaltar que apesar do golpe de Estado Militar em 1964, que trouxe repressões, seja contra os profissionais ou contra o alunado das universidades públicas, esse foi o momento marcado não só por represálias, mas também por lutas e conquistas. Sendo através do Movimento Estudantil desenvolvido na França em 1968, momento conhecido como Maio Francês, que ganha relevância, no contexto global, a contestação do modelo empresarial das universidades. Modelo que, impulsionado pela reprodução capitalista, objetivava a qualificação da mão de obra intelectual e a submissão da ciência às necessidades do capital e da reprodução material e valorização do capital.

No Brasil, mesmo que o Movimento estudantil tenha sido derrotado em 1968, através de prisões e perseguições, foi perceptível a evolução na área, pois:

Havia, mesmo dentro do Governo, um amplo reconhecimento da necessidade de uma profunda reformulação e modernização do ensino superior no Brasil. A cátedra foi abolida e substituída por departamentos. A autonomia das faculdades foi quebrada: a organização interna foi reformulada em termos de institutos básicos, divididos por áreas e conhecimento e as Faculdades ou Escolas, que ofereciam a formação profissional. Introduziu-se o sistema de créditos e foi proposto, inclusive, um ciclo básico, anterior à formação profissional, que oferecesse aos estudantes uma formação geral mais sólida. Abriam-se espaços para uma representação de estudantes e de diferentes categorias docentes nos órgãos internos de decisão (DURHAM, 2003, p.18).

E mesma que incompleta, a reforma do ensino superior ampliou vagas e foi ressaltada na década de 1970, com o período conhecido como milagre econômico, que alterou e ampliou o setor empresarial, estimulando o aperfeiçoamento intelectual da mão de obra.

Na década de 1980 os movimentos sociais ganham maior visibilidade em âmbito global, acentua-se os interesses por participação em espaços

sociais e políticos decisórios, na nossa realidade não é diferente. O auge das reivindicações no Brasil é o período da transição das décadas de 1980 para 1990, com lutas que culminaram em conquistas sociais anteriormente inatingíveis. Um período marcado pelo processo de democratização com o fim do Regime Militar, além da aprovação da medida pelas eleições diretas para presidente, um progresso na democratização política e administrativa do País.

Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.156).

Contudo, foi precisamente em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, que a política da educação, no Brasil, passa a ser reconhecida enquanto direito social promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, para o desenvolvimento das pessoas no exercício da cidadania e para a qualificação do trabalho. Com isso, observa-se o papel fundamental da educação, como sendo um instrumento de transformação e criação do ser humano e da dinâmica social cotidiana. A referida Constituição estabelece a educação como política pública estatal, situando em seu artigo 205 como direito de todos e dever do Estado e da família, estando o ensino superior garantido no seu artigo 207:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).
§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996). (BRASIL, 1988, p.108).

No ano de 1996, tais direcionamentos são regulamentados através da LDB (a Lei nº 9.394, de 1996), a qual afirma no seu 1º artigo que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p.1).

O ensino superior na referida lei, reafirma-se como sendo um meio para a formação de mão de obra qualificada, posto ter como uma das suas finalidades a formação contínua, que é o desafio dos nossos dias, além do desafio dos alunos no procedimento para a inserção em cursos de nível superior, com processos seletistas como podemos observar no artigo 44 da LDB, o qual estabelece que a educação abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, 1996, p.15).

Algumas dessas exigências deixam à margem um público considerável em termos quantitativos de pessoas que sofrem os reflexos da má formação nos níveis fundamental e médio. Em muitas ocasiões isso dar-se pela necessidade de sobrevivência que acaba por adiar a inserção em níveis mais elevados de formação profissional dos indivíduos, o que diminui as possibilidades de inserção em empregos com maiores e melhores condições, no mercado de trabalho.

Nesse período de contrarreforma do Estado, advinda do contexto do ajuste neoliberal, surgem os novos arranjos institucionais com o advento da tecnologia e o mundo da informática, ou seja, emerge a modalidade de Ensino a Distância (EaD), instituída, conforme Koike (2009), através do Decreto de n.5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Tal modalidade de ensino ganha espaços no mercado elevando a demanda de cursos e oportunidades de admissão ao nível superior (PORTO; RÉGNIER, 2003). Embora não seja predominante a modalidade à distância, observa-se um aumento dessa oferta de serviços educacionais.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta em seus levantamentos que houve um aumento de

35,3% desse tipo de instituições, considerando o período de 2010 a 2013, com ofertas de cursos que alteram de 930 (novecentas e trinta) para 1.258 (Mil duzentos e cinquenta e oito) no período mencionado. (BRASIL, 2015)

Para Koike (2009), esse novo modelo com inovação tecnológica faz parte da reforma da educação para consolidar a mercantilização da mesma, ocasionando distorções onde o aluno é transformado em cliente e as instituições universitárias em meros emitentes de diplomas, com formações restritas às aulas teóricas, o que afetaria a qualidade dos profissionais e ocasionaria um déficit na produção do conhecimento, já que o real objetivo da relação é comercial e não de formação de pesquisadores.

Pereira (2012) aponta que essa modalidade de ensino no âmbito do serviço social surgiu nos anos 2000. Revelando, ainda, que no ano de 2009 houve um destaque especial, pelo fato do curso se encontrar em 3º lugar entre os maiores cursos de graduação nessa modalidade, contradizendo a realidade da modalidade presencial, pois não apareceu entre os dez maiores.

Foi observado o fato de que, entre os cursos de modalidade à distância, os mais procurados segundo o INEP (BRASIL, 2015) são os de licenciatura. Assim sendo, esse crescimento específico no curso de serviço social, já que se trata de bacharelado, provocou agitação e aumentou o debate sobre a formação profissional, estimulando uma análise crítica da categoria, sobre tal temática:

O quadro recessivo que marca o mundo do trabalho hoje e que atinge todos/a os/as Assistentes Sociais repercute na formação, por meio de um processo de mercantilização da educação que a nega como direito, passando a ser uma mercadoria como tantas outras. Neste sentido, as ações que realizamos em defesa da formação profissional que queremos não podem ser desenvolvidas de forma isolada (CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2011, p.11).

Essa expansão na oferta em termos de dados nacionais, para os governantes pode significar um fator positivo, por haver uma maior inserção e acesso a cursos de nível superior. Porém, em termos de profissionalização para o serviço social, Iamamoto (2014) ressalta a perda de qualidade, que poderá gerar precarização no trabalho e insegurança no emprego, já que a oferta não acompanhará o crescente número de profissionais, criando, segundo a autora um exército assistencial de reserva.

Assim, o impacto dessa mercantilização da educação, percebida como sendo um campo lucrativo e não de aprendizagem e descoberta com profissionalização, que vai além da aula teórica e abrange pesquisa e extensão, pode vir a ocasionar uma população deficitária em cientistas politizados e críticos, posto que apenas reproduzem um conhecimento teórico sem a visão crítica de um pesquisador, que vivencia a troca de saber, transferindo e compartilhando com o outro o seu conhecimento.

Dando continuidade à reflexão, no próximo item abordaremos, de maneira mais específica, o fenômeno da evasão para melhor entendermos e buscarmos meios para seu enfrentamento.

3. A EVASÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Segundo bibliografias e estudos acerca do assunto, a evasão em Instituições de Ensino Superior (IES) se dá por várias motivações, sejam internas ou externas às instituições; sendo este um assunto que preocupa as autoridades desde a década de 1970, momento em que se constata o surgimento dos primeiros estudos sobre a problemática (BRASIL, 2014).

O PNE que vigorou no decênio 2001/2010 fixou o objetivo de diminuir a taxa de evasão de alunos do ensino superior, tema este com poucas literaturas, por ser complexo e promovido por várias motivações, o que impossibilita sua análise de forma isolada do contexto social, cultural, econômico, institucional e político.

Já o PNE atual (2014-2024), compondo um documento com 20 metas a serem atingidas, destaca na 2ª meta a educação superior, buscando elevar a taxa bruta de matrículas em cinquenta por cento e a taxa líquida em trinta por cento; para tal menciona, dentre outras estratégias, a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil como meio para ampliar as taxas de acesso e permanência dos estudantes egressos de escolas públicas (BRASIL, 2014). Observa-se que as metas foram estabelecidas considerando prerrogativas, internas e externas às instituições de ensino, e os diversos

fatores causadores da evasão. Posto que, como relata Gaiso (2005) esses fatores são diversos:

A dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar a faculdade. Quando as obrigações profissionais entram em conflito com os compromissos dos estudos, são estes, na maioria das vezes, que são adiados (p.22).

O documento ressalta também a importância de investimentos em capacitação profissional, buscando expandir o quantitativo de mestres e doutores nas unidades de ensino superior para setenta por cento. As metas e estratégias estabelecidas no documento são embasadas nos altos índices de evasão estudantil e tem como foco a melhoria da realidade apontada estatisticamente.

Como mencionado anteriormente e identificado na literatura pesquisada, são várias as motivações para o fenômeno da evasão, dentre quais observam-se que existem pessoas que ingressam nos cursos sem ter identificação com os mesmos, como um meio de se respaldarem frente às pressões sociais e familiares. Há nessas bibliografias apontamentos nítidos de que estudantes com menor renda familiar são mais vulneráveis a evasão, seja pela falta de recursos para investimentos mínimos (acesso a livros, apostilhas e deslocamentos), seja pela rotina de trabalho, momento em que as obrigações trabalhistas e de sobrevivência se sobrepõem ao aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Observa-se que os impactos da interrupção dos estudos em IES causam ônus irreparáveis, pois passa a existir uma ocupação indevida das poucas vagas disponíveis. Além da rotatividade de alunos em cursos diversos pela falta de orientação e de conhecimento acerca das próprias habilidades (GAIOSO, 2005).

Estima-se que, no Brasil, no ano de 1994, o número de matriculados em IES era de 1.759,303 distribuídos em 894 instituições. Realidade modificada ao longo dos anos, atingindo em 2014, o patamar de 7.828,013 matriculados, distribuídos em 2.368 instituições em todo o país (BRASIL, 2015). Esta adesão e acesso expressivos, não significam permanência e finalização de cursos, ou de um aumento na mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Esta

afirmação pode ser confirmada se tomarmos como base o tempo médio para a conclusão de um curso de nível superior de quatro anos.

Analisando o ano de 2008, tínhamos um total de 5.080.056 matriculados, (BRASIL, 2015) dados observados de maneira generalista, por não especificar o quantitativo de novos cursistas. Segundo estudiosos, o primeiro ano de curso representa uma evasão maior que os seguintes, sendo esta a forma para se avaliar a evasão anual média (BAGGI; LOPES, 2011).

Considerando de maneira equivalente os matriculados de 2008 e concluintes do período, que perpassam os anos de 2009 a 2012, observa-se aproximadamente 1.079,94 (um milhão setenta e nove mil e noventa e quatro) estudantes no país com pendências na conclusão do curso, com possibilidade de terem desistido da trajetória estudantil.

Evolução no Número de Concluintes de Cursos de Graduação					Total
Ano	2009	2010	2011	2012	
Total	973.839	959.197	1.016.713	1.050.413	4.000,162
Matriculados em 2008					total de 5.080.056

Fonte: MEC/INEP, 2015

Esclarecidos de que muitas são as motivações para a evasão, estima-se que alguns alunos se evadem quando estão com pendências em uma ou mais disciplina ou têm problemas de adaptação nos cursos (GAIOSO, 2005). Porém, nos dados obtidos no site do INEP não são relacionados, nem esclarecidos, o excedente de alunos com pendências para a conclusão, que acabamos de expor no quadro acima.

Observamos nas análises dos censos e resumos técnicos sobre as IES e o ensino superior no Brasil, que esses seguem um padrão e analisam apenas quantitativos de:

- *Alunos matriculados, total de alunos e divisão na rede de ensino público e privado;
- *Total de ingressos por vestibular e outras modalidades;
- *Quantitativo de instituições, públicas e privadas;
- * Total de concluintes.

Alguns mais recentes, anos de 2012/2013, adentram na docência, analisando o seu perfil, com funções e regimes trabalhistas.

Sendo assim, observam-se nos dados obtidos análises generalistas que dificultam uma apreciação aprofundada da realidade e não dão subsídios suficientes para um planejamento de atuação na problemática que resulte em diminuição da evasão em nível nacional, posto a peculiaridade de cada Instituição, de cada região, de cada sujeito envolvido no processo.

As atuações nessa realidade de evasão estudantil no ensino superior são raras e pontuais, porém indicam caminhos a serem seguidos no enfrentamento da problemática, respeitando as características de cada instituição, como explanadas no próximo tópico do texto.

4. CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NAS ACADEMIAS

Em meio aos entraves para a democratização do acesso ao ensino superior, observam-se no nosso país crescimento do número de estudantes nas universidades ocorrido seja pela expansão do ensino em sua modalidade a distância, principalmente no âmbito privado, seja pelos novos sistemas de acesso ao ensino superior ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PROUNI (Programa Universidade para Todos), etc, além da aprovação da Lei 12.711, “Lei de Cotas”, aprovada em 2012, que prevê reservas de vagas para pessoas negras, pardas, indígenas e estudantes de renda per capita de até um salário mínimo e meio. Essas iniciativas expandem o acesso, porém, para se garantir essa expansão de forma democrática, se faz necessário que haja possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, com inserção sócio-profissional.

Pensando nesta permanência e embasando-se em dados obtidos sobre a evasão nacional, o Governo se posicionou para a diminuição dos números apresentados, e criou programas para o controle da evasão.

Em 14 de abril de 2004 foi sancionada a lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo este um mecanismo para identificar o perfil das IES, enfatizando seu papel social frente às demandas estudantis.

Houve ainda a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. O referido Programa encontra-se amparado na LDB, que indica que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, dentre eles: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, p.1). A LDB determina, ainda, que a educação deve englobar os processos formativos onde o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p.1).

Com o exposto, o PNAES objetiva articular ações assistenciais para a permanência e a inclusão em cursos, de estudantes carentes, na perspectiva de melhoria do desempenho estudantil e na qualidade de vida dos mesmos. Como apontado por este Programa, para que essa assistência tome forma e ganhe respaldo frente às estatísticas apresentadas, em uma realidade de alta evasão estudantil, faz-se necessário uma integração com equipes interdisciplinar e multidisciplinar levando em consideração que:

[...] as instituições escolares são espaços contraditórios de embates entre as diferentes concepções de mundo existentes na sociedade, pois é um campo de disputas de diferentes grupos sociais pela direção e difusão de culturas (MARTINS, 2012, p. 21).

Com isso as ações desenvolvidas por essas equipes são apontadas como exemplos exitosos por Daros (2015), explana a realidade da IFSP com indicadores da evasão e a postura assumida pela Instituição após ser citada no acordo nº506/2013 do Tribunal de Contas da União, por seus altos índices de evasão. Dentre os posicionamentos assumidos para reverter o quadro, o IFSP realizou o levantamento dos dados institucionais como forma de conhecer suas peculiaridades, além de expandir o quantitativo de profissionais do Serviço Social. Essas ações foram consideradas fundamentais na obra de Daros (2015), pois através do conhecimento da realidade foi possível atuar em áreas que vão além da intervenção preconizada no PNAES.

Quanto à atuação dos profissionais do serviço social, a citada autora (2015) realça a importância da integração desse profissional por suas atribuições privativas, postura crítica e propositiva nas IES, destacando-os como sendo facilitadores da ampliação das condições de permanência dos alunos através de práticas diversificadas:

Referimo-nos à participação dos assistentes sociais junto aos estudantes em ações como, por exemplo, a produção de vídeos sobre *Bullying* e a realização de grupos de discussões. Há, ainda, o trabalho de assistentes sociais em sala de aula na perspectiva de uma atuação propositiva, com diálogos diretamente com os alunos sobre temas relacionados a cidadania, autonomia e direitos sociais, diálogos estes que também tem sua participação no enfrentamento à evasão escolar. (DAROS, 2015, p.149).

Com isso, observa-se a importância de ouvir o (a) aluno (a), sua opinião, seus anseios e desejos. Ficando nítido que o enfrentamento da evasão requer postura investigativa, com observações das especialidades institucionais por profissionais capacitados, engajados no combate e considerando as necessidades dos estudantes que não se resumem a questão de transferência de renda.

Lobo (2012) aponta as causas, porém, como poucos, indica alguns fatores que ajudam a reduzir os índices de evasão. A autora (2012) explana as dificuldades de acesso a dados, com exemplos de instituições brasileiras, afirmando que as experiências exitosas não são documentadas no Brasil com o destaque que deveria. Por esse motivo, Lobo (2012) obteve, por fundamentação, exemplos divulgados em âmbito internacional e enumerou alguns fatores que favoreceram a diminuição dos índices em algumas instituições, como exposto na quadro abaixo:

Necessidades Encontradas	Ações
1. Estabelecer um Grupo de trabalho encarregado de diminuir a evasão	Levantar níveis de satisfação, estabelecer programas para a integração dos alunos.
2. Avaliar as estatísticas da evasão	Levantar épocas críticas para a evasão, e criar ações a partir dos achados.
3. Determinar as causas da evasão	Comparar prioridades dos alunos com avaliação dos serviços educacionais, administrativos e comunitários.
4. Estimular a visão das IES centradas no(a) aluno(a)	Envolver a todos nas IES, objetivando o bem estar do(a) aluno(a).

5. Criar condições que atendam aos objetivos que atraíram os alunos	Não decepcionar os alunos é essencial.
6. Tornar o ambiente e o trânsito na IES agradáveis aos alunos	Condições de trabalho e climática favoráveis.
7. Criar programa de aconselhamentos e orientações dos alunos	Proativo e permanente.

Fonte: LOBO, 2012

Tais posturas foram adotadas por instituições que vivenciaram a problemática da evasão e que obtiveram êxito na diminuição dos dados estatísticos ao adotarem práticas com foco no interesse e vivência do (a) aluno (a) através do processo de avaliação institucional constante. Mesmo conscientes de que cada realidade institucional é específica, os exemplos servem de norteadores e inspirações para a tomada de decisões que possibilitem a mudança de cada realidade.

Gaioso (2005) realizou um levantamento em 21 (vinte e uma) IES, sendo observado na época que, destas, apenas 3 (três) Instituições possuíam programas para reduzir a evasão estudantil, sendo uma pública no Estado de São Paulo e duas privadas filantrópicas, situadas uma no Nordeste e outra no Sul do país.

Instituições	Ações Adotadas
Instituição Pública- São Paulo (Direito/ Medicina)	Flexibilização dos currículos Respeito à individualidade Integração dos alunos.
Instituição Privada filantrópica- Nordeste	Descontos e até bolsas de estudos. Créditos com juros próprios, mais baixos.
Instituição Privada filantrópica- Sul Direito	Integração pró ativa do(a) aluno(a) por meio de ações de integração pessoal, social, acadêmica e cultural do estudante.

Fonte: GAIOSO, 2005

Gaioso (2005) afirma que as demais instituições contatadas reconhecem as falhas institucionais pela falta de um programa que monitore e acompanhe os alunos quando solicitados os afastamentos periódicos ou definitivos, o que dificulta o controle e, até, uma realidade mensurável das evasões.

Na obra de Machado; Filho e Pinto (2005) observa-se a postura tomada no curso de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para o enfrentamento da problemática da evasão, com a adoção de uma maior divulgação em turmas de ensino médio sobre o profissional da área, uma maior receptividade dos “feras”, tanto nas matrículas como forma de conscientização e importância da escolha, caso esse tenha sido aprovado em mais de um curso, como na primeira semana de aula com integração dos novos e antigos alunos, professores e técnicos administrativos. Essa postura de acolhimento e reconhecimento do (a) aluno(a) como sendo o protagonista de suas escolhas, de forma consciente, é ressaltada ao longo da obra.

Quanto às causas da evasão na referida instituição, essas não são diferentes das demais instituições pesquisadas por outros autores, pois estava relacionada à situação financeira familiar, o que impulsiona o estudante a participar do sustento da família e se afastar das atividades estudantis. No entanto, os autores não focalizam as causas como o centro da obra e sim a postura adotada para a superação do problema, realçando que:

Mudanças simples foram feitas atacando os dois principais problemas responsáveis pela evasão, ou seja, o desconhecimento do curso/carreira e um apoio para os alunos que precisavam entrar mais rapidamente no mercado de trabalho (MACHADO; FILHO; PINTO, 2005. p.43).

Com isso, observa-se que o enfrentamento à evasão em IES demanda um conhecimento da realidade institucional, através do levantamento de dados e planejamento estratégico das ações de maneira a minimizar as causas, monitorando os efeitos das ações e adequando a cada realidade.

Mesmo que, de forma sutil, casos isolados servem de exemplos a serem estudados, observando-se a importância do monitoramento e acompanhamento multi e interdisciplinar como sendo um elo para a integração do (a) aluno (a) dentro e fora das instituições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observou-se que a evasão em IES é uma problemática que preocupa as autoridades há anos, sendo essa uma realidade que não se restringe ao nosso país, porém, por sermos uma nação em desenvolvimento, seus efeitos são ainda mais desastrosos posto o desperdício financeiro e social.

Ao longo dos anos obtivemos melhorias no setor, principalmente depois da Constituição Federal de 1988, que sinaliza a Educação como sendo um direito. Na década de 1990, a LBD vem regularizar e estabelecer as bases para a educação nacional. Porém, mesmo com as estratégias de ampliação no acesso à educação, os índices de evasão estudantil são alarmantes, principalmente no Ensino Superior.

Para enfrentar o problema, as IES necessitam trilhar caminhos de acordo com suas realidades institucionais, sem desconsiderar as prerrogativas dos programas estabelecidos pelo Governo Federal, quer seja do PNAES quer seja dos demais meios e programas utilizados para garantir a democratização do ensino superior do país. Tendo em vista que todo documento estabelece avanços e melhorias, sendo que alguns estipulam metas e prazos a serem atingidos e respeitados. Com isso, toda ação deve ser planejada acatando-se e objetivando-se atingir as metas nacionais, dentro dos prazos estipulados.

No presente artigo fica claro que são várias as motivações para a evasão, dentre os dados pesquisados a questão financeira é apontada, em meio a outras, como causa da evasão estudantil em IES, o que reforça a necessidade de um acompanhamento dos estudantes que vão além da sala de aula, com profissionais que atuem de forma propositiva para a integração desses estudantes dentro e fora da instituição, disso decorre a importância da assistência estudantil para o enfrentamento da questão, como enfatizado no PNE 2014-2024.

Por ser uma questão complexa, nas obras analisadas é perceptível uma ênfase nas causas e efeitos da evasão na sociedade como um todo, sejam elas internas ou externas aos muros institucionais. Raros são os casos em que os caminhos para superação da problemática são mencionados, realidade que realça a importância das equipes multidisciplinares em muitas instituições, além

de um corpo docente capacitado que perceba os sujeitos e suas peculiaridades através de um olhar diferenciado.

Contudo, não é de maneira equivocada que as equipes multiprofissionais são apontadas como instrumentos essenciais para levantamento de dados da realidade institucional local, pois são esses profissionais que vão equiparar dados nacionais e planejar ações com monitoramento e intervenções, que venham a diminuir os índices de evasão, além de serem mencionadas no PNAES como elo entre alunos, IES e sociedade. É fato que essa sincronização não existe de forma efetiva em todas as IES o que dificulta a verdadeira universalização do Ensino Superior, principalmente em termos de permanência e continuação de muitos alunos, causando dificuldades na obtenção de dados reais da problemática.

Mesmo com dificuldades de obtenção dos relatos de experiências exitosas de combate à evasão, segundo autores, elas existem sim. Porém, não são divulgadas, sendo esse um obstáculo para os pesquisadores do tema, já que se trata de um assunto complexo que envolve causas diversas e realidades institucionais distintas. Experiências exitosas sempre chamam a atenção e quando publicadas tornam-se inspirações para outras instituições que enfrentam o mesmo problema.

Frente ao exposto, esse artigo vem somar-se à produção de conhecimento sobre esta temática, a qual é bastante escassa e torna-se mais um suporte no entendimento da evasão no ensino superior. Estimulando alunos, profissionais e demais pessoas a entenderem o tema e, assim, se posicionarem adequadamente no seu enfrentamento. Sabemos que esse enfrentamento ocorrerá de forma lenta, posto que cada instituição tem suas especificidade, porém deve ser constante pois a sociedade é dinâmica e suas necessidades constantemente são modificadas.

BIBLIOGRAPHICAL STUDY ON AVOIDANCE IN HIGHER EDUCATION: ANALYZING THE PATHS TO YOUR COPING

ABSTRACT

Developed through bibliographical searches this article proposes to enter in the important debate about the student evasion in higher education in Brazil. For that, was necessary to understand the progress and achievements obtained in

public policy education in the country, specifically in the higher education. By the historical contextualization, important scores were made about the implementations and advancements in the sector. In addition to the achievements and guarantees expressed in Federal Constitution of 1988, we had in the 90's the regulation of law 9.394 of 1996, that established the guidelines and bases for national education. In the present work we highlight the problem of student evasion in higher education and the paths to your coping, with reflections allowing future joints and rethink of the actions with awareness of the subject among the actors involved. For the development of bibliographical research there was a systematization of some bibliographies produced about the topic, outstanding authors who point successful experiences of coping avoidance, among them: Daros (2015), Lobos (2012) and Gaioso (2005).

Keywords: Higher Education; Student Evasion; Universtiy.

REFERÊNCIAS

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.2, p.355-374, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2006 (Biblioteca Básica do Serviço Social v.2).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei n ° 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988, Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edição Técnicas, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.232, de 190 de Julho de 2010**. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições federais de ensino técnico de médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ1136.3** “Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade”. Consultora: Luiza Yoko Taneguti, termo de referencia 04/2012. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para superação da evasão e retenção na rede Federal de Educação Profissional**. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação 2014-2024**. Série Legislação. Brasília: Centro de Documentos e Informação. Câmara dos Deputados. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2013: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP. **Sinopse da educação superior 1995**. – Brasília, DF. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. acesso em: Agosto e Setembro de 2016.

CFESS/ABEPSS/ENESSO – Conselho Federal de Serviço Social / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. ABEPSS: Em defesa da Formação com qualidade. **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO**, Brasília, DF, Maio, 2011.

DAROS, Michelli Aparecida. A redução da evasão escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **O Social em Questão**. Ano. XVIII, n. 33, São Paulo/SP: PUC, p. 349-370, 2015.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP/ NUPES- Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2003. (Documentos de Trabalho 3/03)

FILHO, L. L.S et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, São Paulo/SP, p. 641- 659, 2007.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, 2005.

IAMAMOTO, M. VILELA. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. n. 120. São Paulo/ SP: Cortez. p.609-639, Out/ Dez, 2014.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço social: exigências atuais. In: Serviço Social: **direitos sociais e competências profissionais**. Brasília; CFESS / ABEPSS, 2009.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da educação superior do governo Lula e educação a distância**: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 27., 2004. Disponível em: <http://www.googleacademico.com>. Acesso em: agosto de 2016.

LOBO, Maria. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro**: aspectos gerais das causas e soluções. Mogi das Cruzes/SP, Instituto Lobo/Lobo & Associados Consultoria, 2012.

MACHADO, S. P.; FILHO, J. M. M; PINTO, Â. C. A evasão nos cursos de graduação de química: uma experiência de sucesso feita no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro para diminuir a evasão. **Química Nova**, Rio de Janeiro, RJ: UERJ, v. 28, p.41-43, 2005.

MARTINS, Eliana B.C. **Educação e serviço social**: elo para construção da cidadania. São Paulo; UNESP, 2012.

MONTANÕ, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.5).

MORESI, E. **Metodologia de pesquisa**, Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade de EAD: direito a educação ou descrição educacional? **SER Social**, Revista do programa de pós-graduação, departamento de Serviço social, Universidade de Brasília, Brasília/DF: v. 14, p. 30-49, jan/ jun 2012.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil**: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília/DF, 2003.